Relatório final de atividades
Projeto: Sistema de apoio de gestão informacional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
O.I MCTI

Coordenador do Projeto:	**Marcel Garcia de Souza**		
Nome do(a) pesquisador(a):	**Jussara Barbosa Pereira**		
Vigência da Bolsa de Pesquisa:	**02/03/2026**	**Até:**	**30/08/2026**
Encerramento em:	**30/08/2026**		
Ref. Fundação:	**7822**	**Ref. Ibict:**	**593/2024-36**

1- Pesquisa bibliográfica, com análise de livros, artigos científicos, normas institucionais e documentos oficiais; meta 2 2- Pesquisa documental, voltada ao exame de relatórios, fluxos internos, manuais e registros informacionais do MCTI; meta 2 3- Mapeamento de processos informacionais, identificando fontes, canais, usuários e finalidades da informação; meta 2 4- Relatório das atividades desenvolvidas.

1. INTRODUÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

A administração pública contemporânea enfrenta o desafio de lidar com um volume crescente de informações estratégicas, produzidas e armazenadas em múltiplos sistemas, bases documentais e fluxos informacionais. No âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), essa realidade se intensifica em razão da complexidade das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, que demandam informações atualizadas, confiáveis e acessíveis para subsidiar decisões institucionais de alto nível.

A crescente produção de documentos, bases de dados, processos administrativos e informações institucionais evidencia a necessidade de modelos de organização capazes de integrar diferentes fontes de informação, reduzindo redundâncias, promovendo maior eficiência administrativa e fortalecendo a governança da informação.

Assim, torna-se essencial o desenvolvimento de mecanismos estruturados de organização e integração da informação, capazes de transformar dados dispersos em conhecimento estratégico. O presente relatório sistematiza o método adotado, os resultados alcançados e esperados, e exemplifica as atividades desenvolvidas ao longo da execução do plano de trabalho, além de propor uma ampliação do escopo da pesquisa a partir dos achados obtidos até o momento.

2. MÉTODO

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com finalidade exploratória e descritiva, voltada à compreensão dos fluxos informacionais internos do MCTI e à proposição de mecanismos de organização do conhecimento institucional com procedimentos metodológicos complementares:

- Pesquisa bibliográfica — análise de livros, artigos científicos, normas institucionais e documentos oficiais relacionados à gestão da informação e do conhecimento no setor público;
- Pesquisa documental — exame de relatórios, manuais e registros informacionais produzidos pelas unidades do MCTI;

- Mapeamento de processos informacionais — identificação de fontes, canais, usuários e finalidades da informação, com registro estruturado dos pontos de produção, tramitação e uso dos dados estratégicos.

A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela natureza do objeto de estudo, que envolve práticas institucionais, percepções de usuários e arranjos organizacionais não facilmente redutíveis a dados quantitativos, ainda que instrumentos de coleta estruturada — como planilhas de mapeamento e checklists — sejam empregados para conferir rigor e replicabilidade ao processo.

A metodologia possibilitou compreender tanto os aspectos teóricos quanto a realidade organizacional existente, permitindo relacionar boas práticas da literatura científica com as necessidades institucionais do Ministério.

2.1 Etapas de Trabalho

1. Pesquisa bibliográfica, com análise de livros, artigos científicos, normas institucionais e documentos oficiais;
2. Pesquisa documental, voltada ao exame de relatórios, fluxos internos, manuais e registros informacionais do MCTI;
3. Mapeamento de processos informacionais, identificando fontes, canais, usuários e finalidades da informação;
4. Relatório das atividades desenvolvidas.

3. RESULTADOS

Os resultados aqui apresentados refletem tanto os avanços já obtidos nas etapas iniciais de execução do plano de trabalho quanto os impactos institucionais esperados com a sua conclusão:

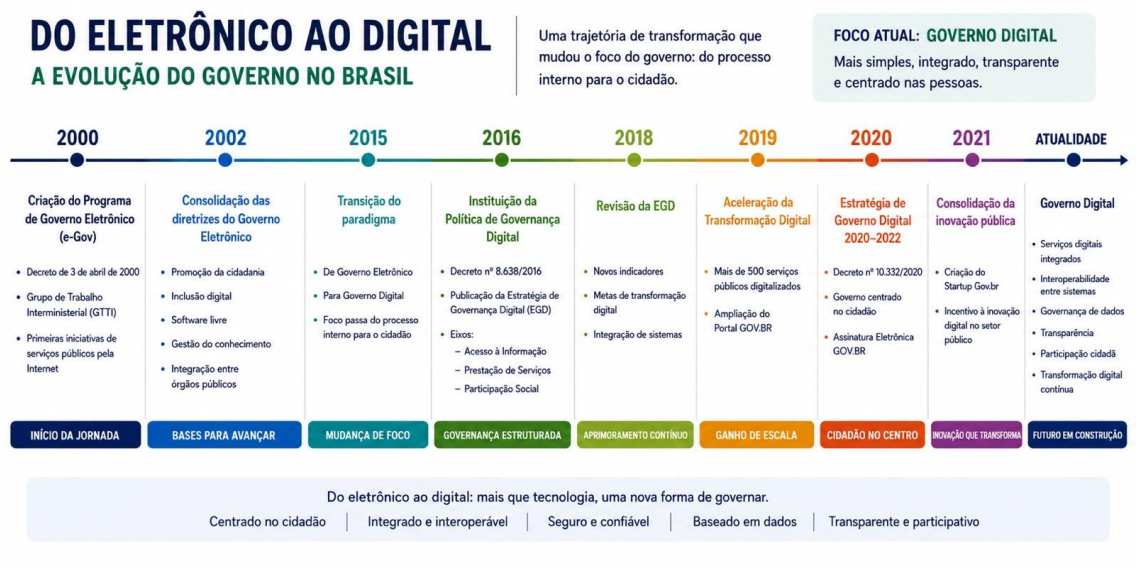
- Melhoria do acesso com ampliação das informações estratégicas no âmbito do MCTI, por meio da identificação e catalogação das principais fontes documentais e sistemas internos;
- Fortalecimento da gestão do conhecimento institucional, com o registro estruturado de processos informacionais através da evolução da Gestão da Informação, distribuídos e muito compostos em *links* específicos e de fácil manuseio;
- Diminuição da fragmentação informacional entre unidades internas, evidenciada pelo mapeamento de sobreposições e lacunas nos fluxos de dados;
- Apoio qualificado à tomada de decisões estratégicas do Gabinete da Ministra, mediante a consolidação de informações em formatos sintéticos e de fácil consulta;
- Proposição de um modelo replicável de organização informacional, passível de adoção por outras unidades do MCTI ou por outros órgãos da administração pública federal;

Sistemas e plataformas que descrevem facilmente comunicação efetiva partilhando a conexão com páginas elucidativas e educativas.

Diagnóstico da organização informacional			●	●		
Desenvolvimento de recurso tecnológico (protótipo)			●	●	●	

Redação e consolidação do relatório final					●	●

Figura 1 -



Fonte elaboração própria.

4.EXEMPLO DE ATIVIDADE DE APOIO À DOCUMENTAÇÃO DO PROJETO

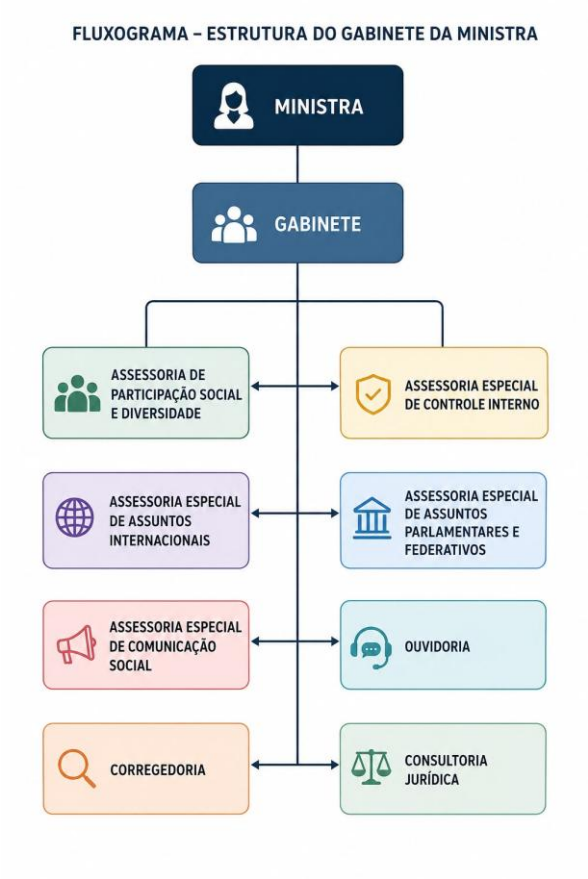
Atividade: elaboração de fluxograma técnico e registro metodológico do projeto.

Descrição: produção de documento de apoio contendo a padronização de termos e conceitos utilizados ao longo da pesquisa (por exemplo, definições de "fonte de informação", "fluxo informacional" e "repositório institucional"), bem como o registro sistemático das decisões metodológicas tomadas em cada etapa do trabalho, de modo a garantir rastreabilidade e replicabilidade do processo.

Resultado da atividade: documento de referência que subsidia a redação do relatório final e que poderá ser reaproveitado em iniciativas semelhantes de mapeamento informacional em outras unidades ou órgãos.

5. MAPA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO

Figura 2 -



Fonte elaboração própria

GABINETE DA MINISTRA – MCTI

ASSESSORIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIVERSIDADE

- Conselhos e colegiados
- Audiências públicas
- Movimentos sociais
- Demandas da sociedade
- Relatórios de participação

ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

• Auditorias

• Gestão de riscos

• Compliance

• Prestação de contas

• Monitoramento de recomendações

ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

• Cooperação internacional

• Acordos bilaterais

• Organismos internacionais

• Missões oficiais

• Relatórios diplomáticos

ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS PARLAMENTARES E FEDERATIVOS

• Projetos de lei

• Requerimentos parlamentares

• Emendas

• Relações federativas

• Demandas do Congresso Nacional

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

• Clipping de notícias

• Redes sociais

• Comunicação institucional

• Campanhas

• Monitoramento da mídia

OUVIDORIA

• Manifestações dos cidadãos

• Reclamações

• Denúncias

• Solicitações

• Elogios

• Relatórios da Plataforma Fala.BR

CONSULTORIA JURÍDICA

• Pareceres jurídicos

• Minutas normativas

• Contratos

• Convênios

• Consultas jurídicas

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de atividades relatadas demonstra a viabilidade metodológica do plano de trabalho e evidencia avanços concretos na organização da informação estratégica do MCTI. A combinação entre pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e mapeamento de processos tem permitido não apenas diagnosticar a fragmentação informacional existente, mas também produzir recursos técnicos e documentais de apoio direto à tomada de decisão institucional. As próximas etapas concentrar-se-ão na consolidação dos achados, na validação do modelo proposto junto às unidades envolvidas e na redação do relatório final de pesquisa.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: Planalto – Lei nº 12.527/2011BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Secretaria de Governo Digital. Do eletrônico ao digital. Governo Digital, Brasília, DF. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital. Acesso em: 30 jul. 2026.

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: Presidência da República – Decreto nº 9.203/2017

BRASIL. Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020. Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: Presidência da República – Decreto nº 10.332/2020

MACHADO, Hilka Pelizza Vier; ELIAS, Maria Ligia Ganacim Granado Rodrigues. Gestão do conhecimento: constituição do campo, temas e perspectivas de pesquisas. Transinformação, Campinas, v. 32, e200037, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2318-0889202032e200037

gov.br
Documento assinado digitalmente
JUSSARA BARBOSA PEREIRA
Data: 27/10/2026 18:43:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Jussara Barbosa Pereira
Pesquisadora

De acordo:

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARCEL GARCIA DE SOUZA
Data: 29/10/2026 09:13:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Marcel Garcia de Souza
Coordenador do projeto